

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS**



## **PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL “OPERAÇÃO VERÃO 2012/2013”**

**PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL - PPDC**  
**“OPERAÇÃO VERÃO 2012/2013”**

1) Introdução .....	3
2) Objetivo:.....	3
3) Metodologia .....	3
4) Diretrizes Técnicas.....	3
5) O Mapeamento de Área de Risco.....	4
5.1) Grau de Risco das áreas mapeadas.....	4
5.2) Intervenção proposta para as áreas mapeadas .....	5
5.3) Remoção de Famílias e Resultados do mapeamento .....	6
5.3.1) Áreas de risco no município de Campinas: .....	6
5.3.2) Moradias em áreas de risco no município de Campinas: .....	7
6) Monitoramento .....	8
6.1) Índices Pluviométricos .....	9
6.2) Previsão Meteorológica.....	9
6.3) Vistorias de Campo .....	9
6.4) Monitoramento de Estações e Radares.....	9
6.5) Monitoramento por Câmeras.....	10
7) Estado do Plano Preventivo .....	10
7.1) Níveis Operacionais do Plano.....	11
7.2) Níveis Operacionais do Plano.....	12
8) Acionamento .....	13
8.1) Fluxograma de Acionamento .....	13
8.2) Atribuições Gerais do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.....	13
9) Rede de Alerta.....	17
10) Capacitação dos Agentes: .....	18
11) Divulgação para População.....	18
12) Operacionalização do PPDC .....	18

## **1) Introdução**

Este Plano Preventivo de Defesa Civil de Campinas apresenta referenciais técnicos e gerenciais que permitem aos Gestores da Administração Pública implementar ações estruturais e não-estruturais, visando reduzir desastres e melhorar a resiliência da comunidade para enfrentamento de situações de riscos associados a escorregamentos e inundações no município de Campinas.

## **2) Objetivo:**

Antecipar-se à ocorrência de desastres, por meio do estabelecimento de indicadores de situações críticas e da observação em campo de evidências de instabilidade, no sentido de evitar suas consequências.

Articular o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, para o enfrentamento de situações adversas que poderão ocorrer no período de chuva, minimizando prejuízos e principalmente preservando vidas em consonância com a Operação Verão do Estado de São Paulo, adotando medidas estabelecidas pela Carta Humanitária e suas Normas Mínimas de Resposta. Estabelecer fluxo de acionamento dos órgãos da Administração Municipal e de outros órgãos responsáveis pela Assistência Humanitária em Situação de Desastre.

## **3) Metodologia**

O Plano Preventivo de Defesa Civil – PPDC é resultante dos seguintes parâmetros técnicos:

- Diretrizes Técnicas
- O mapeamento de riscos
- Classificação de riscos
- Proposta de Intervenção em áreas de risco
- Fluxograma de acionamento dos órgãos envolvidos
- Levantamento dos Recursos Materiais, Humanos e Financeiros disponíveis para enfrentamento de desastres no município.

## **4) Diretrizes Técnicas**

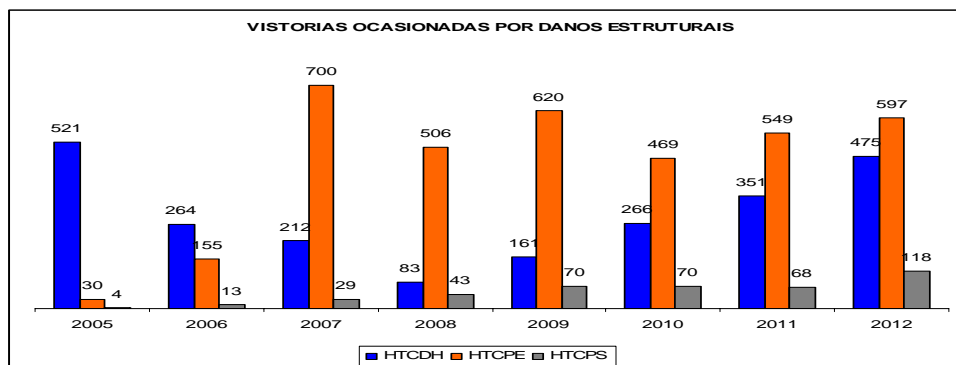
No Brasil, os escorregamentos de terra e inundações são nitidamente sazonais e guardam efetiva relação com o período de chuvas intensas que se concentram no período entre os meses de dezembro a março. Segundo série histórica, nos últimos cinco anos o índice pluviométrico médio diário foi de 29,5 mm de acordo com dados do IAC: Instituto Agrônomo de Campinas. Assim, este Plano visa possibilitar a previsão de condições de chuvas que possam provocar a ocorrência desses eventos, tanto naturais quanto induzidos durante esse período crítico e intensificar as vistorias preventivas visando evitar danos estruturais.

## 5) O Mapeamento de Área de Risco.

### 5.1) Grau de Risco das áreas mapeadas.

Definição do grau de Risco de ocorrência de processos de instabilização do tipo escorregamentos em encostas ocupadas e solapamento de margens de córregos:

Grau de Probabilidade	Descrição
<b>R1</b> <b>Baixo</b>	<p>Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de <b>baixa potencialidade</b> para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.</p> <p>Não há <b>indícios</b> de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas e de margens de drenagens.</p> <p>É a condição menos crítica. Mantidas as condições existentes, <b>não se espera</b> a ocorrência de eventos destrutivos no período de um ciclo chuvoso.</p>
<b>R2</b> <b>Médio</b>	<p>Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de <b>baixa potencialidade</b> para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.</p> <p>Observa-se a presença de <b>alguma(s) evidência(s)</b> de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém <b>incipiente(s)</b>.</p> <p>Mantidas as condições existentes, é <b>reduzida a possibilidade</b> de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.</p>
<b>R3</b> <b>Alto</b>	<p>Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de <b>alta potencialidade</b> para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.</p> <p>Observa-se a presença de <b>significativa(s) evidência(s)</b> de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.)</p> <p>Mantidas as condições existentes, é <b>perfeitamente possível</b> a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.</p>
<b>R4</b> <b>Muito Alto</b>	<p>Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de <b>alta potencialidade</b> para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos.</p> <p>As evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são <b>expressivas</b> e estão presentes em <b>grande número e/ou magnitude</b>.</p> <p>É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é <b>muito provável</b> a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de um ciclo chuvoso.</p>



**Legenda:**

**HT. CDH:** Desastres Relacionados com a Danificação ou a Destruição de habitações.

**Residências não regularizadas.**

**HT. CPE:** Desastres Relacionados com a Danificação ou a Destruição de Obras de Arte ou de Edificações por Problemas de Estruturas. **Residências regularizadas.**

**HT. CPS:** Desastres Relacionados com a Danificação ou a Destruição de Obras-de-arte ou de Edificações por Problemas Relativos ao Solo e às Fundações.

**5.2) Intervenção proposta para as áreas mapeadas**

Como o mapeamento de risco tem por objetivo a redução e controle dos riscos identificados, também é sugerida uma tipologia de intervenções para tal fim. Para isso, foi adotada uma padronização dos diferentes tipos de intervenções, apresentada no quadro seguinte, possibilitando o emprego de uma terminologia uniforme.

**Tipologia de intervenções voltadas à redução de riscos associados a escorregamentos em encostas ocupadas e a solapamentos de margens de córregos.**

<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECUPERAÇÃO</b>	Serviços de limpeza de entulho, lixo, etc. Recuperação e/ou limpeza de sistemas de drenagem, esgotos e acessos. Também incluem obras de limpeza de canais de drenagem. Correspondem a serviços manuais e/ou utilizando maquinário de pequeno porte.
<b>OBRAS DE DRENAGEM SUPERFICIAL, PROTEÇÃO VEGETAL (GRAMÍNEAS) E DESMONTE DE BLOCOS E MATAÇÕES</b>	Implantação de sistema de drenagem superficial (canaletas, rápidos, caixas de transição, escadas d'água, etc.). Implantação de proteção superficial vegetal (gramíneas) em taludes com solo exposto. Eventual execução de acessos para pedestres (calçadas, escadarias, etc.) integrados ao sistema de drenagem. Proteção vegetal de margens de canais de drenagem. Desmonte de blocos rochosos e matações. Predomínio de serviços manuais e/ou com maquinário de pequeno porte.
<b>OBRAS DE DRENAGEM DE SUBSUPERFÍCIE</b>	Execução de sistema de drenagem de subsuperfície (trincheiras drenantes, DHP, poços de rebaixamento, etc.). Correspondem a serviços parcial ou totalmente mecanizados.
<b>ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO LOCALIZADAS OU LINEARES</b>	Implantação de estruturas de contenção localizadas, como chumbadores, tirantes, micro estacas e muros de contenção passivos de pequeno porte ( $h_{max} = 5$ m e $l_{max} = 10$ m). Obras de contenção e proteção de margens de canais (gabiões, muros de concreto, etc.). Correspondem a serviços parcial ou totalmente mecanizados.
<b>OBRAS DE TERRAPLENAGEM DE MÉDIO A GRANDE PORTE</b>	Execução de serviços de terraplenagem. Execução combinada de obras de drenagem superficial e proteção vegetal (obras complementares aos serviços de terraplenagem). Obras de desvio e canalização de córregos. Predomínio de serviços mecanizados.
<b>ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO DE MÉDIO A GRANDE PORTE</b>	Implantação de estruturas de contenção de médio a grande porte ( $h > 5$ m e $l > 10$ m), envolvendo obras de contenção passivas e ativas (muros de gravidade, cortinas, etc.). Poderão envolver serviços complementares de terraplenagem. Predomínio de serviços mecanizados.
<b>REMOÇÃO DE MORADIAS</b>	As remoções poderão ser definitivas ou não (para implantação de uma obra, por exemplo). Priorizar eventuais relocações dentro da própria área ocupada, em local seguro.

### Remoção de famílias em áreas de risco durante a Operação Verão

Existe uma estratégia na Política Habitacional de Campinas que remove e atende famílias localizadas em áreas de risco ou em situação de desastre com apoio do governo estadual e federal.

ETAPAS (DEMOLIÇÕES PREVENTIVAS)	SMCASP/ Defesa Civil	SEHAB (Habitação)	SMCAIS (Cidadania Assistência e Inclusão Social)	SMSP (Serviços Públicos)
IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO	Executa	Participa	Participa	-
ELABORAÇÃO DE LAUDO	-	Executa	-	-
CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS	-	Executa	Executa	-
CONCESSÃO DE AUXÍLIO MORADIA	-	Executa	Executa	-
INSTALAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS ABRIGOS	-	-	Executa	Participa
DEMOLIÇÃO DAS MORADIAS CONDENADAS	Participa	Participa	-	Executa
SOLUÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL	-	Executa	-	-

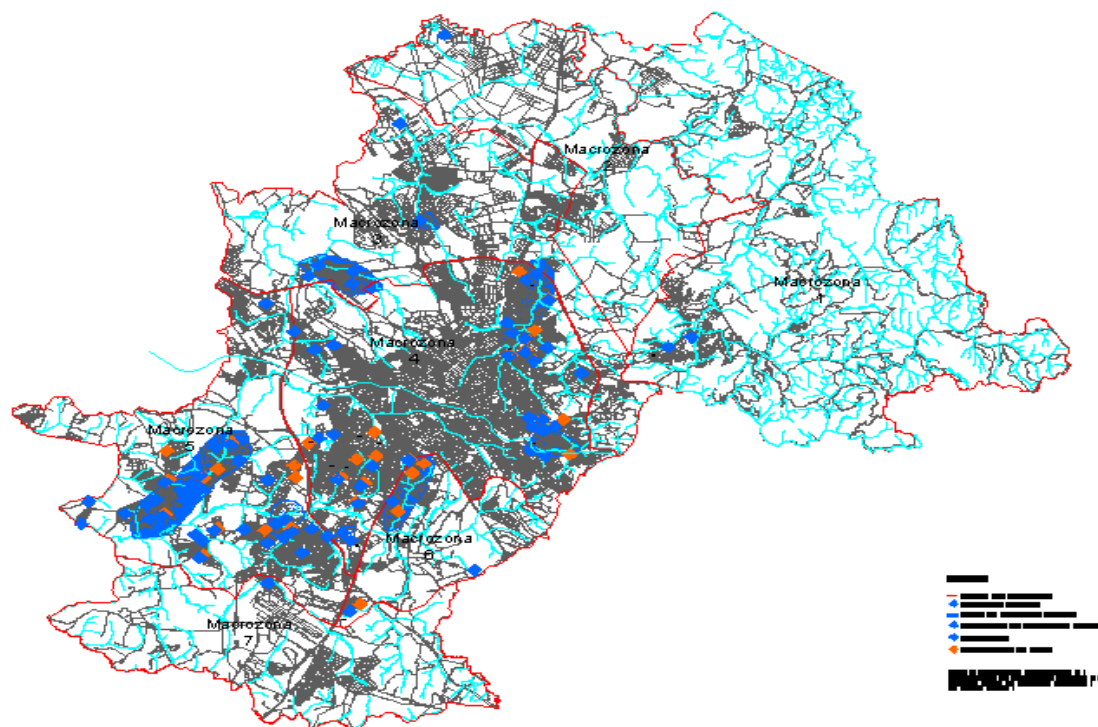
### Quadro de Demolições de moradias em situação de risco

2009/2010 – 286

2010/2011 – 359

2011/2012 – 670

### 5.3) Resultados do mapeamento – Mapa de Risco com 75 áreas



### 5.3.2) Moradias em áreas de risco no município de Campinas:

#### **LEVANTAMENTO DO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS- IPT**

CA-01	Jardim Santa Eudóxia - Rua Elias de Oliveira Sabóia
CA-02	Jardim Andorinhas – Favela - Ruas Vinhal, Litoral, Pinhais e Floresta
CA-03	Jardim Boa Esperança Rua Renê de Oliveira Barreto
CA-04	Jardim Flamboyant - Rua Elias de Oliveira Sabóia
CA-05	Jardim São Judas Tadeu - Rua Reverendo José Coelho Ferraz
CA-06	Jardim Novo Campos Elíseos - Rua Itatiba (Favela Sapucaí)
CA-07	Jardim Novo Campos Elíseos - Rua Indaiatuba (Morro dos Macacos)
CA-08	Parque Oziel - Av. Eng. Márcio Duarte Ribeira
CA-09	Irmãos Sigrist - Rod. Santos Dumont X Rua Anair Caetano Gonçalves
CA-10	Vila Lemos - Av. Princesa D'Oeste / Rua Alaíde Nascimento Lemos
CA-11	Jardim Paranapanema - Rua Serra D'Água / Rua Filismina Stemmer Cajado
CA-12	Jardim Paranapanema - Rua Central
CA-13	Jardim São Fernando - Rua Serra Dourada / Rua Otávio Chagas Miranda
CA-14	Jardim São Fernando - Rua Serra Dourada / Rua Elias de Oliveira Sabóia
CA-15	Jardim Itatiaia – Rua Serra da Saudade / Rua da Tração
CA-16	Jardim São Fernando - Rua 28 / Rua 9 / Rua Elias de Oliveira Sabóia
CA-17	Jardim Andorinhas - Rua Elias de Oliveira Sabóia
CA-18	Vila Formosa – Rua Engenheiro Augusto de Figueiredo
CA-19	Jardim Tamoio – Rua Salomão Abud
CA-20	Jardim Proença - Av. Princesa D'Oeste / Av. Dr. Moraes Sales
CA-21	Chácara da Barra - Av. José de Souza Campos / Rua Mogi das Cruzes
CA-22	Guaraçai - Rua Natividade da Serra
CA-23	Jardim Boa Esperança – Rua Comendador Doutor Antonio Pompeu de Camargo
CA-24	Jardim Flamboyant - Rua 7
CA-25	Vila Nogueira – Rua Luiza de Gusmão / Rua Moscou
CA-26	Genesis - Rua Genesis
CA-27	Sousas - Rua XV de Novembro / Beco do Mokarzel
CA-28	Jardim Conceição (Sousas) - Rua Joaquim Augusto Monteiro
CA-29	Campina Grande - Rua 1
CA-30	Jardim Novo Maracanã - Rua Paul Verinaud
CA-31	Jardim Lisa - Rua Professor Doutor Otilio Guerneli
CA-32	Jardim Florence II - Rua Doutor Luiz Henrique Giovannetti
CA-33	Jardim Rossin e Princesa D'Oeste - Rua Major Adolpho Rossin
CA-34	Jardim Florence I - Rua Comendador João Guilhen Garcia
CA-35	Cidade Satélite Íris II - Rua 10 B
CA-36	Cidade Satélite Iris I - Rua Geraldo Campos Ferreira
CA-37	Jardim do Lago I e II - Rua Reverendo Professor Herculano Gouveia Jr.
CA-38	Monte Cristo - Avenida Dois
CA-39	Jardim das Bandeiras II - Rua Manoel Militão de Melo
CA-40	Centenário - Rua 5
CA-41	Jardim Indianópolis / Conj. Res. Souza Queiroz - Rua João Batista Alves da Silva Telles
CA-42	Jardim Yeda - Rua Luiza Maria Moreira Costa / Rua Cely Rose Mariano Tupam
CA-43	Jardim N. C. Elíseos - Av. Paulo de Camargo Moraes / Rua Aurelino Fernandes de Almeida
CA-44	Jardim Novo Campos Elíseos - Av. Piracicaba / Rua Monte Mor
CA-45	Jardim Santa Mônica – Rua Gustavo Stuart / Rodovia Dom Pedro I
CA-46	Barão Geraldo - Rua Catharina Signori Vicentin
CA-47	Vila Holândia - Rua da Servidão 2
CA-48	Vale das Garças - Estrada do Guará
CA-49	Jardim Campineiro - Rua Angelina Guiderre / Av. Comendador Aladino Selmi
CA-50	Recanto Fortuna – proximidades da Av. Comendador Aladino Selmi

CA-51 Jardim S. Marcos / Vila Esperança - R. Dr. Luiz Aristeu Nucci / Rua Roberto Bueno Teixeira
CA-52 Jardim Eulina - Rodovia Anhanguera - Av. Marechal Rondon
CA-53 Nova Aparecida / Chácara Três Marias - Rua Cacilda Navarro Sampaio
CA-54 Nova Aparecida / Favela Beira Rio - Rua 1 / Rodovia Anhanguera
CA-55 Parque Via Norte - Rua Maria Edna Vilagelin Zákia
CA-56 Jardim Ipaussurama - Rua Alcides Barel / Rua Álvares Maciel
CA-57 Jardim Campos Elíseos - Rua Expedicionário Mario Ribeiro Amaral / Av. Brasília
CA-58 Vila Lemos / Jardim Proença - Av. Princesa D'Oeste / Rua Antonio Carlos Sales Jr.
CA-59 Vila Lemos - Av. Princesa D'Oeste (em frente ao Guarani F. C.)
CA-60 Vila Vitória - Av. Sete (Favela da Vila Vitória)
CA-61 DIC I - Rua 17 / Rua Guarani Futebol Clube / Rua Igarapé
CA-62 Jardim Aeroporto / DIC VI - Rua Igarapé / Rua Nelson Barbosa da Silva
CA-63 Jardim Ouro Verde - Av. Jacaúna / Rua Potengi
CA-64 Jardim Ouro Verde - Av. Jacaúna / Rua Igarapé
CA-65 Jardim São Francisco - Rua 4
CA-66 Jardim Shangai - Rua Dr. Renato Luiz Pereira da Silva
CA-67 Conjunto Mauro Marcondes - Av. Camucin / Rua Miguel Ricci
CA-68 Jociara / Jardim Paraíso de Viracopos - Rua Iguatu / Rua Itamarati
CA-69 Jardim Maria Rosa - Rua Pantanal
CA-70 Residencial São José – Rua Terezinha de Arruda Serra Von Zuben / Av. Camucin
CA-71 Jardim Planalto de Viracopos – Rua Luiz Tércio Roccato / Av. Mercedes Bens
CA-72 Jardim Nova América - Rodovia Santos Dumont
CA-73 Jardim Marisa – Estrada de Indaiatuba / Rua Abelardo Pires de Ávila
CA-74 Jardim Paraíso de Viracopos / Vila Aeroporto - Av. das Amoreiras / Rua Júlio Crescente
CA-75 DIC-V –Rua Murupiara / Rua Itapura

## 6) Monitoramento de 36 sensores

O monitoramento das condições climáticas chuvas que possam favorecer a ocorrência de escorregamentos de encostas e inundações é mecanismo fundamental de previsibilidade a partir do qual permitirá a Defesa Civil deflagrar operações antecipadas visando diminuir o impacto destrutivo, sobretudo em áreas de risco.

O município reformulou todo o “Sistema de Alerta de Desastres”, ampliando a rede de monitoramento climático e meteorológico, ampliando o quadro de agentes de 35 para 75 e atualmente se utiliza das seguintes ferramentas de Sistema de Alerta de Defesa Civil que realiza a adaptação e transmissão de dados para o TerraMA2, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE e que provê serviços para busca de dados atuais através da internet e sua incorporação à base de dados do sistema de alerta; serviços para tratar/analisar em tempo real dados novos e verificar se uma situação de risco existe, através de uma comparação com mapas de risco ou de um modelo definido; serviços para executar/editar/criar novos modelos de risco e alerta; serviços para criação e notificação de alerta para os usuários do sistema em operação. Todos esses sistemas começam a ser compartilhados com os municípios da região de Campinas, visando sempre a ação de redução de desastres, como uma ação integrada e regional.

O Centro de Gerenciamento de Desastres de Campinas – CGD trabalha integrado com o Centro de Gerenciamento de Emergência do Estado de São Paulo, emitindo boletins climatológicos e meteorológicos de alerta para 90 cidades da região de Campinas. O CGD está instalado no Centro Integrado de Monitoramento de Campinas – CIMCAMP, que funciona 24 horas e integra diversos órgãos públicos relacionados com segurança pública, trânsito, Saúde, Fiscalização e Defesa Civil.



## SISTEMA DE ALERTA DA DEFESA CIVIL DE CAMPINAS-2012



### 6.1) Índices Pluviométricos

De acordo com critérios técnicos adotados em diversos países, bem como definidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, este plano adotará o índice denominado VAC: Valores Acumulados de Chuva de 80 mm em 3 dias para deflagração do estado de Alerta.

### 6.2) Previsão Meteorológica

Os dados de previsão meteorológica, associados aos Valores Acumulados de Chuvas (VAC), possibilitam antecipar condições pluviométricas que possam provocar a ocorrência de inundações e de escorregamentos.

### 6.3) Vistorias de Campo

As informações coletadas no campo, quanto ao nível de rios e feições de instabilidade (trincas, degraus, inclinação, tombamento de árvores etc.) ou mesmo registros de inundações e de escorregamentos possibilitam a deflagração das medidas específicas previstas no PPDC, com a utilização do sistema **GODC – Gestão de Ocorrências da Defesa Civil**;

**Objetivo GODC:** Gerenciar as ocorrências atendidas pela Defesa Civil de Campinas, quer sejam geradas como prevenção ou em situação de desastre.

#### Principais características:

- ✓ Sistema disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana
- ✓ Acesso via WEB, possibilitando utilização do sistema em qualquer ponto da cidade
- ✓ Utilização do sistema em micro computador ou tablet
- ✓ Desenvolvido com software livre
- ✓ Utilização de serviços gratuitos do Google Maps

### 6.4) Monitoramento de Estações e Radares

O Centro de Gerenciamento de Desastres de Campinas utiliza imagens dos radar do Instituto de Pesquisas Meteorológicas - IPMet - é uma Unidade Complementar da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, localizado na cidade de Bauru (SP), cujo principal objetivo é a pesquisa meteorológica voltada à utilização em previsão do tempo para o Estado de São Paulo, além do monitoramento e quantificação de chuvas ocorrendo nessa mesma região, com o uso de radar meteorológico.

E o Radar Meteorológico do Sistema de Alerta a Inundações e de São Paulo (SAISP), operado pela Fundação Centro Tecnológico Hidráulica (FCTH).

### 6.5) Monitoramento por Câmeras

O monitoramento visual das câmeras do sistema VIDOS da Central Integrada de Monitoramento de Campinas - CIMCAMP possibilitam a deflagração das medidas específicas previstas no PPDC.

Tem a missão de estabelecer um sistema de monitoramento em todo território municipal, de forma integrada pelos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Campinas, pela Administração Indireta, bem como pelas demais instituições de segurança pública e de serviços de emergência/urgência das esferas estadual e federal, objetivando promover atendimentos com maior segurança e agilidade.

### 7) Estado do Plano Preventivo de Defesa Civil – Níveis Operacionais

O Plano Preventivo está estruturado em 4 níveis, indicando, progressivamente, a possibilidade de ocorrência de inundações e de escorregamentos, sendo:

Nível	Estado
1	Observação
2	Atenção
3	Alerta
4	Alerta Máximo

Para cada nível estão previstos procedimentos operacionais, que visam à minimização das consequências de um eventual acontecimento.

A análise do Monitoramento em conjunto com as Diretrizes Técnicas (índices pluviométricos, previsão meteorológica, vistorias de campo, Monitoramento das Estações e Radares e Monitoramento por Câmeras), indicará o nível em que se encontra o Plano Preventivo.

A mudança de nível será procedida pela CEDEC, observados os critérios técnicos e analisada a proposta feita pela REDEC e/ou COMDEC.

A CEDEC deverá alterar o nível do Plano conforme dados fornecidos pelo Centro de Gerenciamento de Desastres – CGD, bem como, o retorno a normalidade.

## 7.1) NÍVEIS OPERACIONAIS DO PPDC CAMPINAS

NÍVEL	CRITÉRIOS DE ENTRADA	CRITÉRIOS DE SAÍDA	COMDEC
OBSERVAÇÃO	INÍCIO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/DEZ	TÉRMINO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA 31/MAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaboração de plano de ação específico para o município;</li> <li>-Dimensionamento dos recursos humanos e materiais para a efetivação do PLANO;</li> <li>-Conscientização da população das áreas de risco;</li> <li>-Obtenção do dado pluviométrico;</li> <li>-Cálculo do acumulado de chuvas em 3 dias;</li> <li>-Transmissão à REDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente;</li> <li>-Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL</li> </ul>
ATENÇÃO	<p>Acumulado de chuvas <math>\geq 80\text{mm}</math> em 3 dias</p> <p>E</p> <p>previsão de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade.</p>	<p>Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade</p> <p>E</p> <p>Acumulado de chuvas <math>&lt; 80\text{mm}</math> em 3 dias</p> <p>E</p> <p>Consultar IPT através da REDEC, caso a COMDEC julgue necessário</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Declarar MUDANÇA DE NÍVEL;</li> <li>-Comunicar REDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL;</li> <li>-Realizar vistorias de campo visando verificar a ocorrência de escorregamentos e feições de instabilização. Devem ser iniciadas pelas áreas de risco;</li> <li>-Transmissão à REDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente;</li> <li>-Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL.</li> </ul>
ALERTA	Registro de trincas, degraus ou qualquer outra feição de instabilidade que indique a possibilidade de escorregamentos observada através de vistorias de campo, tanto nas áreas de risco quanto fora delas.	<p>Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade</p> <p>E</p> <p>Restauração dos sistemas de drenagem e recuperação das vias de acesso e circulação</p> <p>E</p> <p>Parecer favorável do IPT, inclusive quanto à necessidade de execução do conjunto de medidas previstas neste nível.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Declarar MUDANÇA DE NÍVEL;</li> <li>-Comunicar REDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL;</li> <li>-Realizar VISTORIAS de campo;</li> <li>-RETIRADA da população das áreas de risco iminente;</li> <li>-Transmissão à REDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente;</li> <li>-Agilizar os meios necessários para POSSÍVEL retirada da população das demais áreas de risco;</li> <li>-Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL.</li> </ul>
ALERTA MÁXIMO	<p>Registro de ocorrência de qualquer escorregamento nas áreas de risco ou em suas proximidades</p> <p>E</p> <p>Previsão de ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade.</p>	<p>Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de LONGA DURAÇÃO de QUALQUER intensidade</p> <p>E</p> <p>Restauração dos sistemas de drenagem e recuperação das vias de acesso e circulação</p> <p>E</p> <p>Parecer favorável do IPT, inclusive quanto à necessidade de execução do conjunto de medidas previstas neste nível.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Declarar MUDANÇA DE NÍVEL;</li> <li>-Comunicar REDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL;</li> <li>-Proceder à retirada da população das áreas de risco e demais áreas necessárias;</li> <li>-Transmissão à REDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuva em 3 dias e nível vigente;</li> <li>-Avaliação da necessidade de MUDANÇA DE NÍVEL.</li> </ul>
(*) AÇÕES COMPLEMENTARES DEVEM SER DEFINIDAS PELA DEFESA CIVIL			

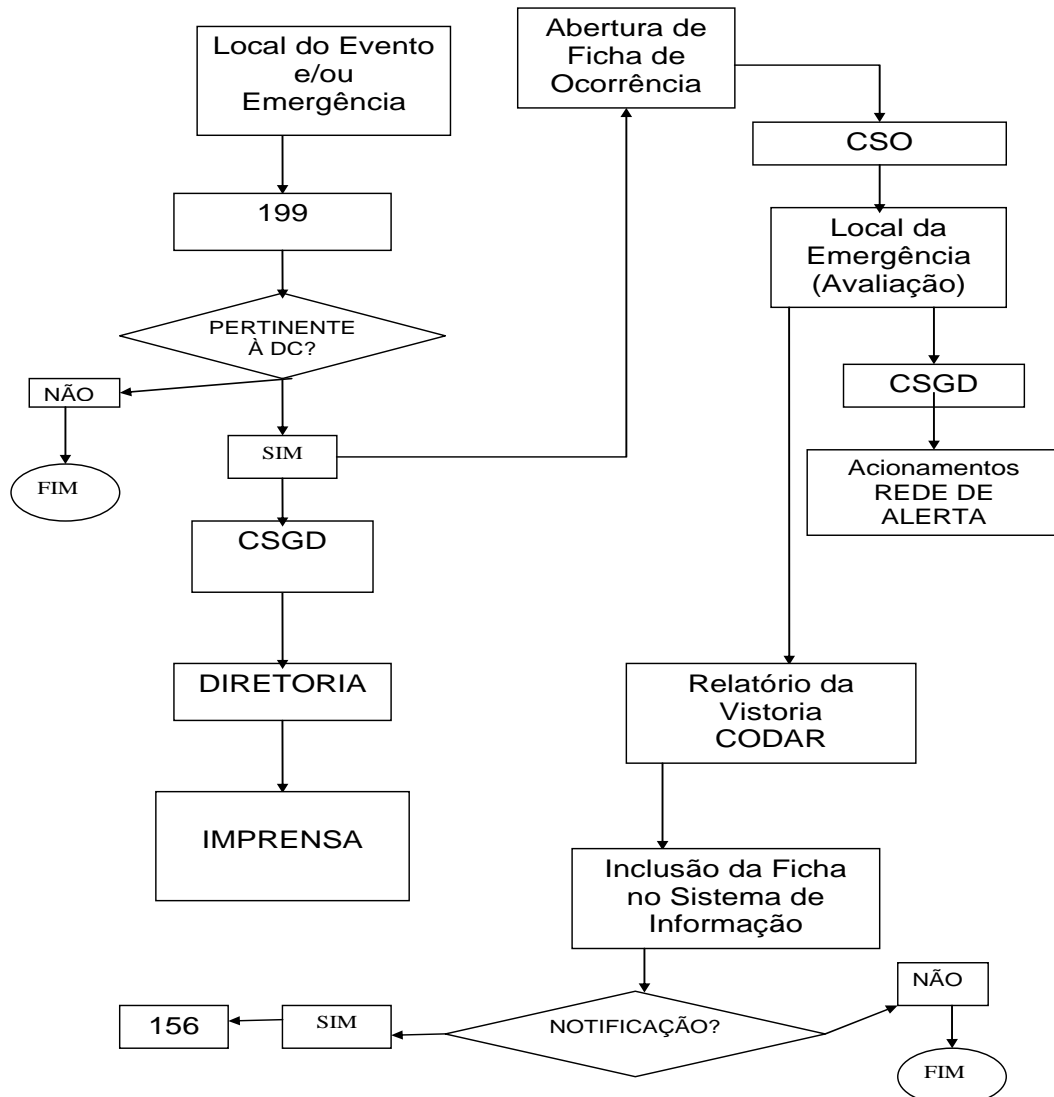
## 7.2) NÍVEIS OPERACIONAIS DO PPDC CAMPINAS (Continuação)

AÇÕES CORRESPONDENTES (*)		
REDEC	CEDEC	IPT
<p>-Recepção do dado pluviométrico, acumulado de chuvas em 3 dias, nível vigente e previsão meteorológica;</p> <p>-Transmissão à CEDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuvas em 3 dias e nível vigente;</p> <p>-Transmissão à COMDEC da previsão meteorológica.</p>	<p>-Transmissão à REDEC e IPT da previsão meteorológica;</p> <p>-Transmissão ao IPT dos valores de acumulado de chuva <math>\geq 80</math> mm em 3 dias;</p> <p>-Convocar reunião da Comissão Executiva do Plano Preventivo.</p>	<p>-Manter técnicos em plantão para acompanhamento e análise da situação;</p> <p>-Atender convocação da CEDEC para reunião da Comissão Executiva do Plano Preventivo.</p>
<p>-Recepção do comunicado de MUDANÇA DE NÍVEL;</p> <p>-Comunicar à CEDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL;</p> <p>-Recepção do dado pluviométrico, acumulado de chuvas em 3 dias, nível vigente e previsão meteorológica;</p> <p>-Transmissão à CEDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuvas em 3 dias e nível vigente;</p> <p>-Transmissão à COMDEC da previsão meteorológica.</p>	<p>-Transmissão à REDEC e IPT da previsão meteorológica;</p> <p>-Transmissão ao IPT da MUDANÇA DE NÍVEL;</p> <p>-Convocar reunião da Comissão Executiva do Plano Preventivo.</p>	<p>-Manter técnicos em plantão para acompanhamento e análise da situação;</p> <p>-Atender convocação da CEDEC para reunião da Comissão Executiva do Plano Preventivo.</p>
<p>-Recepção do comunicado de MUDANÇA DE NÍVEL;</p> <p>-Comunicar à CEDEC sobre MUDANÇA DE NÍVEL;</p> <p>-Recepção do dado pluviométrico, acumulado de chuvas em 3 dias, nível vigente e previsão meteorológica;</p> <p>-Transmissão à CEDEC do dado pluviométrico, acumulado de chuvas em 3 dias e nível vigente;</p> <p>-Transmissão à COMDEC da previsão meteorológica.</p>	<p>-Transmissão à REDEC e IPT da previsão meteorológica;</p> <p>-Acionar técnicos do IPT para deslocamento;</p> <p>-Deslocamento de técnicos para acompanhamento da situação e avaliação da necessidade de medidas complementares;</p> <p>-Suplementar os meios logísticos e operacionais para deslocamento dos técnicos do IPT;</p> <p>-Agilizar os meios logísticos e operacionais complementares para as COMDECs quando solicitados;</p> <p>-Convocar reunião da Comissão Executiva do Plano Preventivo.</p>	<p>-Atender o acionamento da CEDEC para deslocamento de técnicos para acompanhamento da situação e avaliação da necessidade de medidas complementares;</p> <p>-Atender convocação da CEDEC para reunião da Comissão Executiva do Plano Preventivo.</p>

## 8) Acionamento

A origem da comunicação de uma emergência se dá partir do cidadão ou por acionamento de outras instituições: Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, EMDEC, SAMU e outros.

### 8.1) Fluxograma de Acionamento



### 8.2) Atribuições básicas do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

#### I. Ações de Controle dos Sinistros e de Socorro às Populações em Risco

As atividades gerais de combate aos sinistros e de socorro às populações em risco desenvolvem-se com maior intensidade nas imediações dos epicentros ou focos de desastres.

Essas áreas focais são definidas como:

- a. Áreas de exposição, durante o planejamento preventivo, e são delimitadas com a finalidade de estabelecer perímetros de segurança, ao redor dos prováveis focos de desastres. No caso de áreas focais de desastres

- humanos de natureza tecnológica, de grande intensidade, os perímetros de segurança devem ser considerados como áreas non-aedificandi;
- b. Áreas de riscos intensificados, durante o planejamento de contingência e na iminência de desastres;
- c. Áreas críticas, após a ocorrência dos desastres, durante o planejamento operativo.

Genericamente, essas atividades gerais compreendem ações relacionadas com:

- a. Combate aos sinistros, com o objetivo de limitar e controlar os danos e prejuízos provocados pelos desastres;
- b. Socorro à população afetada ou em situação de risco iminente.

### **Ações de Combate a Sinistros**

As principais ações de combate aos sinistros são:

- a. Isolamento das áreas de riscos ou áreas críticas;
- b. Evacuação das populações em risco;
- c. Combate direto aos sinistros;
- d. Controle de trânsito;
- e. Segurança da área sinistrada.

### **Ações de Socorro**

As ações de socorro à população afetada ou em situação de risco iminente são:

- a. Busca e salvamento;
- b. Primeiros-socorros;
- c. Atendimento pré-hospitalar;
- d. Atendimento médico-cirúrgico de urgência.

## **2. Atividades de Assistência à população afetada**

As atividades gerais de assistência às populações afetadas por desastres compreendem ações relacionadas com:

- a. Atividades logísticas;
- b. Assistência e promoção social;
- c. Promoção, proteção e recuperação da saúde;

Dentre as atividades logísticas relacionadas com o Gerenciamento dos Desastres e com a assistência às populações afetadas, destacam-se as seguintes:

- a. Suprimento de água potável;
- b. Provisão de alimentos;
- c. Suprimento de material de estacionamento, como barracas, redes de dormir, colchonetes, roupas-de-cama, travessieiros e utensílios de copa e cozinha;
- d. Suprimento de roupas, agasalhos e calçados;
- e. Suprimento de material de limpeza e de higienização;
- f. Prestação de serviços gerais, como lavanderia, banho e apoio à preparação e à conservação de alimentos;
- g. Administração geral de acampamentos e abrigos provisórios;

- h. Apoio logístico às equipes técnicas empenhadas nas operações, especialmente com material de engenharia, como pás carregadoras, valetadoras e geradores, material de saúde e de transporte, além de atividades de manutenção de equipamentos e de suprimento de combustíveis, óleos e lubrificantes.

### **Atividades de Assistência e de Promoção Social**

Dentre as principais atividades de assistência e de promoção social, relacionadas com o Gerenciamento de Desastres e com a assistência às populações afetadas, destacam-se as seguintes:

- a. Triage socioeconômica e cadastramento das famílias afetadas;
- b. Entrevistas com as famílias e pessoas assistidas;
- c. Ações com o objetivo de reforçar os laços de coesão familiar e as relações de vizinhança;
- d. Fortalecimento da cidadania responsável e participativa;
- e. Atividades de comunicação social com o público interno e com as famílias afetadas;
- f. Atividades de comunicação com a mídia;
- g. Ações de mobilização das comunidades;
- h. Liderança de mutirões de reabilitação e de reconstrução;
- i. Disciplinamento das relações pessoais dos desabrigados e preservação de comportamentos éticos e morais nos abrigos.

### **Atividades de Promoção, de Proteção e de Recuperação da Saúde**

As atividades de promoção, proteção e de recuperação da saúde devem preexistir à ocorrência dos Desastres e devem ser intensificadas e não improvisadas durante os mesmos.

Dentre as atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde relacionadas com o gerenciamento de desastres com a assistência às populações afetadas, destacam-se as seguintes:

- a. Saneamento básico de caráter emergencial;
- b. Ações integradas de saúde e assistência médica primária;
- c. Vigilância epidemiológica;
- d. Vigilância sanitária;
- e. Vigilância ambiental em saúde;
- f. Saúde do trabalhador;
- g. Educação para a saúde;
- h. Proteção da saúde mental;
- i. Higiene das habitações, higiene pessoal e asseio corporal;
- j. Higiene da alimentação;
- k. Proteção de grupos populacionais vulneráveis;
- l. Prevenção e tratamento das intoxicações exógenas;
- m. Transferência de hospitalização;
- n. Atividades de saúde pública nos acampamentos e abrigos provisórios.

**Observação:** A cidade de Campinas possui **Sistema Donare**, que visa o gerenciamento mais eficaz dos doativos recebidos pela PMC, sejam eles provenientes de pessoa física ou jurídica, durante situações de desastre ou não.

Através de seus módulos, é possível manter um controle dos recursos adquiridos de forma a realizar a distribuição de acordo com a prioridade de cada local afetado.

### **3. Atividades de Reabilitação dos Cenários**

A reabilitação dos cenários compreende uma série de ações de resposta aos desastres, de caráter emergencial, que tem por objetivo iniciar o processo de restauração das áreas afetadas pelos desastres e permitir o retorno das populações desalojadas, após o restabelecimento das condições mínimas de segurança e de habitabilidade.

A reabilitação é seguida pelos projetos de reconstrução, desenvolvidos a médio e longo prazo, para garantir a total recuperação dos cenários dos desastres e o retorno às condições de normalidade.

A reabilitação dos cenários depende de ações interativas desencadeadas pelas comunidades locais, com o apoio do governo e relaciona-se, também, com a reativação dos serviços essenciais, em caráter emergencial. Por esses motivos, a reabilitação depende da mobilização e da motivação das comunidades locais, para participarem dos trabalhos em regime de mutirão.

Dentre as atividades gerais relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, destacam-se as seguintes:

- a. Vigilância das condições de segurança global da população;
- b. Reabilitação dos serviços essenciais;
- c. Reabilitação das áreas deterioradas e das habitações danificadas.

#### **Vigilância das Condições de Segurança Global da População**

Dentre as atividades de vigilância das condições de segurança global da população relacionadas com o Gerenciamento dos Desastres e com a reabilitação dos cenários, destacam-se as seguintes:

- a. Avaliação de danos e de prejuízos, levantamento de avarias e estimativa das necessidades de recuperação e reconstrução;
- b. Vistoria técnica e avaliação dos danos causados às estruturas e às fundações de edificações e de obras-de-arte danificadas por desastres e do nível de risco das mesmas para desastres subsequentes;
- c. Emissão de laudos técnicos relacionados com as estruturas e com as fundações de edificações e de obras-de-arte afetadas por desastres, com as conseqüentes recomendações;
- d. Desmontagem de edificações e de obras-de-arte com fundações e estruturas danificadas e definitivamente comprometidas, após a competente aprovação dos laudos técnicos, com a finalidade de evitar desastres secundários futuros;
- e. Definição ou redefinição de áreas non-aedificandi nas áreas de riscos intensificados de desastres;
- f. Propostas de desapropriações de propriedades privadas, localizadas em áreas non-aedificandi.

#### **Reabilitação dos Serviços Essenciais**

Dentre os serviços essenciais que devem ser reabilitados prioritariamente, em circunstâncias de desastres, destacam-se os seguintes:

- a. Suprimento e distribuição de energia elétrica;
- b. Abastecimento de água potável;
- c. Esgoto sanitário;
- d. Limpeza urbana, recolhimento e destinação do lixo;
- e. Macro-saneamento e esgotamento das águas pluviais;
- f. Transportes coletivos;



**g. Comunicações.**

Reabilitação das Áreas Deterioradas e das Habitações Danificadas Dentre as atividades de reabilitação das áreas deterioradas e das habitações danificadas, em circunstâncias de desastres, destacam-se as seguintes:

- a.** Desobstrução e remoção de escombros;
- b.** Sepultamento das pessoas e dos animais;
- c.** Limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação dos cenários dos desastres e das habitações danificadas;
- d.** Mutirão de recuperação das unidades habitacionais.

**9) Rede de Alerta de Desastres**

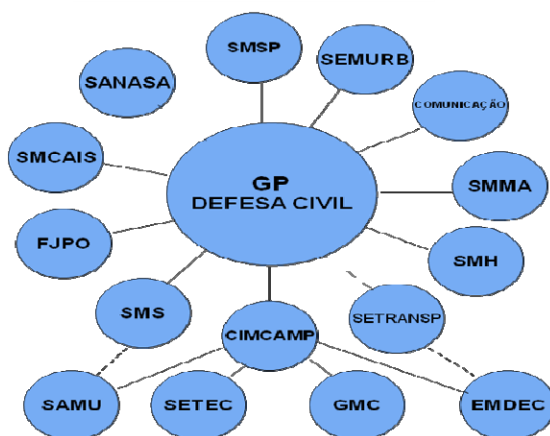
A Rede de Alerta de Desastres do Sistema Municipal de Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009; tem por finalidade integrar os órgãos públicos e a comunidade para desencadear ações que irão fazer frente às adversidades dos eventos com um quadro operacional capaz de reunir os conhecimentos necessários para manter a comunidade continuamente informada para as emergências e a pronta resposta.

O Decreto dispõe sobre a atribuição de cada um dos órgãos que integra a Rede, sendo, de atribuição comum a todos os integrantes a atualização, junto ao Departamento de Defesa Civil, do cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, sendo eles:

- 1. Centrais de Abastecimento de Campinas S/A – CEASA Campinas;
- 2. Coordenadoria Municipal de Comunicação;
- 3. Departamento de Defesa Civil;
- 4. Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas - EMDEC;
- 5. Fundação “José Pedro de Oliveira” – Mata Santa Genebra;
- 6. Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC;
- 7. Hospital Municipal Dr. Mário Gatti;
- 8. Informática de Municípios Associados – IMA;
- 9. Rede Integrada de Emergência – RINEM;
- 10. Rede Nacional de Emergência de Radioamadores – RENER;
- 11. Secretaria Municipal de Administração;
- 12. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
- 13. Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social;
- 14. Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo;
- 15. Secretaria Municipal de Cooperação Internacional;
- 16. Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública;
- 17. Secretaria Municipal de Cultura;
- 18. Secretaria Municipal de Educação;
- 19. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- 20. Secretaria Municipal de Finanças;
- 21. Secretaria Municipal de Habitação;
- 22. Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 23. Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- 24. Secretaria Municipal de Recursos Humanos;
- 25. Secretaria Municipal de Saúde;
- 26. Secretaria Municipal de Serviços Públicos;
- 27. Secretaria Municipal de Urbanismo;
- 28. Serviços Técnicos Gerais - SETEC;
- 29. Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento - SANASA;

## REDE DE ALERTA DE DESASTRES

DECRETO Nº 16.706 DE 21 DE  
JULHO DE 2009.



### 10) Capacitação dos Agentes públicos e comunitários:

A formação e capacitação dos Agentes públicos e comunitários é uma das ações de maior importância no Plano e prevê ações integrativas tanto com a Rede de Alerta, quanto, com a comunidade.

Foram realizados 8 Curso de Formação de Agente de Defesa Civil e realização de 36 Operações Simuladas desde de 2005.

### 11) Divulgação para População

A Defesa Civil promove ampla divulgação para a população visando informar e comprometer a sociedade civil com propostas que visem a redução de riscos em situações de escorregamentos e inundações, principalmente para os moradores em áreas de risco. Essa estratégia é fundamental para tornar a população uma parceira efetiva da Defesa Civil, principalmente nas fases de observação e alerta, podendo assim, colaborar efetivamente para prevenção e minimização dos danos de um eventual desastre.

Total de famílias orientadas Período de 2005/2012 = 130.407

### 12) Operacionalização do PPDC estabelecido no Decreto Nº 17.804 de 12/12/ 2012

#### **PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL - PPDC COM VISTAS AOS ESCORREGAMENTOS DE ENCOSTAS NO MUNICÍPIO CAMPINAS.**

O Prefeito do Município de Campinas, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** a existência de riscos de inundações e escorregamentos no município de Campinas, durante o período chuvoso, que ocasionam grandes transtornos à população;

**CONSIDERANDO** a necessidade de integração e articulação com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, para que, em conjunto com outros municípios da Região Metropolitana de Campinas, possam enfrentar da melhor forma possível as situações adversas que poderão ocorrer nesse período;

**CONSIDERANDO** a necessidade da articulação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, para que possa enfrentar da melhor forma possível as situações adversas que poderão ocorrer nesse período;

**CONSIDERANDO** a importância da adoção de medidas estabelecidas pela Carta Humanitária, bem como suas Normas Mínimas de Resposta pelos órgãos da Administração Municipal responsáveis pela Assistência Humanitária em Situação de Desastre,

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Preventivo de Defesa Civil - PPDC com vistas aos escorregamentos de encostas no município de Campinas, que terá vigência no período de 1º de dezembro de 2012 a 31 de março de 2013, podendo ser prorrogado se as condições meteorológicas adversas assim exigirem.

**Art. 2º** Para efeito deste Decreto estabelece-se como Grupo Executivo da Operação Verão, as seguintes secretarias:

**I** - Gabinete do Prefeito, por intermédio do Departamento de Defesa Civil;

**II** - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social - SMCAIS;

**III** - Secretaria Municipal de Saúde - SMS;

**IV** - Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SMSP;

**V** - Secretaria de Comunicação;

**VI** - Secretaria Municipal de Urbanismo;

**VII** - Secretaria Municipal de Habitação;

**VIII** - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA;

**IX** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**§1º** Os membros titulares e os suplentes do Grupo Executivo da Operação Verão serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos titulares das Secretarias e da SANASA Campinas, respectivamente.

**§2º** Havendo a necessidade de participação de outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil no desenvolvimento dos trabalhos do Grupo Executivo da Operação Verão, estes poderão ser convocados pelo Secretário--Chefe do Gabinete do Prefeito com base em solicitação devidamente justificada e apresentada pelo Diretor do Departamento de Defesa Civil.

**Art. 3º** O PPDC se baseia na adoção de medidas antecipadas à deflagração de escorregamentos, a partir do acompanhamento dos seguintes parâmetros:

**I** - Índices Pluviométricos;

**II** - Previsão Meteorológica; e

**III** - Vistorias de Campo.

**Art. 4º** OPPDC trabalhará com quatro níveis, sendo:

**I** - estado de observação: até 80mm, acompanhamento dos índices pluviométricos;

**II** - estado de atenção: a partir de 80,1mm - vistoria de campo nas áreas anteriormente identificadas;

**III** - estado de alerta: após vistoria de órgão técnico designado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC - remoção preventiva da população das áreas de risco iminente indicada pelas vistorias;

**IV** - estado de alerta máximo: remoção de toda a população que habita áreas de risco, indicada por vistoria técnica.

**Art. 5º** Os relatórios e as propostas elaboradas pelos órgãos que compõem o PPDC deverão ser encaminhados para apreciação do Secretário Municipal de Chefia de Gabinete do Prefeito, cabendo exclusivamente a este a divulgação de informações relativas ao plano.

**Art. 6º** Caberão, respectivamente, aos órgãos municipais as seguintes atribuições:

### **I - Secretaria de Chefia de Gabinete do Prefeito:**

**a)** disponibilizar espaço físico para instalação de uma Sala de Crise, quando se fizer necessário;

**b)** promover e coordenar as ações do SIMPDEC, por intermédio do Departamento de Defesa Civil, e compatibilizar as ações de prevenção ou minimização de danos provocados em circunstâncias de desastres;

**c)** coordenar as ações da Central Integrada de Monitoramento de Campinas – CIMCamp em apoio ao desenvolvimento do PPDC;

**d)** incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal.

### **II - Departamento de Defesa Civil:**

**a)** elaborar e difundir o PPDC para a Operação Verão 2012/2013 ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;

- b) coordenar e supervisionar as ações de Proteção e Defesa Civil;
- c) manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Proteção e Defesa Civil;
- d) elaborar e implementar planos, programas e projetos de Proteção e Defesa Civil;
- e) implantar bancos de dados, elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidades, nível de riscos e recursos relacionados com o equipamento do território, disponíveis para o apoio às operações;
- f) assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, de recursos humanos para as ações de Proteção e Defesa Civil;
- g) operacionalizar o Centro de Gerenciamento de Desastres - CGD, promover a consolidação e a interligação das informações de riscos e desastres no âmbito do SIMPDEC, manter o Sistema Nacional e Estadual informados sobre as ocorrências de desastres em atividades de Defesa Civil e a articulação com órgãos de monetarização, alerta e alarme com o objetivo de otimizar a previsão de desastres elencados na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE;
- h) propor à autoridade municipal, por intermédio do Secretário-Chefe de Gabinete do Prefeito, a decretação de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC;
- i) articular a distribuição e o controle dos suprimentos necessários ao abastecimento em situações de desastres;
- j) proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres e preencher os formulários estabelecidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC com base nas informações prestadas pelos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- k) articular-se com o Corpo de Bombeiros e a Coordenadoria Regional de Defesa Civil - REDEC I/5;
- l) participar ativamente da Câmara Temática de Defesa Civil da Região Metropolitana de Campinas;
- m) apoiar as ações do Grupo de Estudos e Trabalho de Assistência Humanitária - GETAH, que auxiliará nos assuntos de cooperação humanitária e na utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
- n) incentivar a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, a participação no Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- o) coordenar e capacitar os radioamadores integrantes da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER, no Município;
- p) coordenar o Sistema de Informações sobre Desastres de Campinas - SINDESC;
- q) operacionalizar o Plano de Chamada do Departamento de Defesa Civil;
- r) operacionalizar a Rede de Alerta de Desastres, conforme Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- s) coordenar as ações da Central de Prevenção de Desastres Naturais - CPDN, instituída pelo Decreto Municipal nº 16.040, de 18 de outubro de 2007;
- t) declarar mudanças de níveis da operação: Observação, Atenção, Alerta e Alerta Máximo;

### **III - Secretaria Municipal de Urbanismo:**

- a) vistoriar edificações e áreas de risco ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;
- b) planejar e promover medidas de defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos e sociais;
- c) intensificar o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar desastres;
- (d) implementar ações que visem a resiliência da cidade e os processos sustentáveis de urbanização;
- e) implementar projeto de autoconstrução, ampliando o fornecimento e a divulgação do manual de orientação para habitação econômica;

f) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

g) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **IV - Centrais de Abastecimento de Campinas S/A - CEASA Campinas:**

a) implementar ações de apoio ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de acordo com a Lei nº 11.420/02, art. 4º letra.

b) informar ao Departamento de Defesa Civil e ao Grupo Executivo da Operação Verão o nome do responsável pelo fornecimento de alimentos à população de áreas atingidas por desastres, por intermédio do Banco de Alimentos e do Instituto de Solidariedade e Segurança Alimentar;

c) enviar ao Departamento de Defesa Civil e ao Grupo Executivo da Operação Verão a relação de entidades, associações de bairros e respectivos responsáveis pelo cadastro e distribuição de alimentos;

d) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

e) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **V - Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública:**

a) coordenar as ações de Segurança Pública e a atuação da Guarda Municipal, visando à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio nas áreas em situação de desastre, bem como em abrigos de emergência que venham a ser instalados;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Campinas, quinta-feira, 13 de dezembro de 2012 Diário Oficial do Município de Campinas 3 Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **VI - Secretaria Municipal de Saúde:**

a) desenvolver ações preventivas junto às unidades básicas de saúde e às comunidades de áreas de risco, em estreita ligação com o Departamento de Defesa Civil e a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social;

b) indicar áreas prioritárias a serem atendidas pela “Operação Cata Treco”;

c) realizar e monitorar as ações de saúde pública, disponibilizando estoque estratégico para enfrentamento de situações de desastre;

d) definir equipes de apoio para manutenção da saúde das comunidades locais em circunstância de desastres, em estreita ligação com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social e com a Secretaria Municipal de Habitação;

e) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

f) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **VII - Secretaria Municipal de Administração:**

a) executar o planejamento, através do Departamento de Transportes Internos, para utilização de veículos das demais secretarias, bem como seu abastecimento na iminência ou durante o desastre, nas operações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;

b) priorizar os processos de licitações em prevenção e respostas aos desastres;

c) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **VIII - Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:**

a) dar suporte aos órgãos do SIMPDEC nas ações de controle e fiscalização das atividades na iminência ou durante o desastre;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **IX - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social:**

a) fornecer ao Departamento de Defesa Civil e ao Grupo Executivo da Operação Verão cadastro atualizado dos abrigos de emergência com indicadores estabelecidos pela Carta Humanitária em cada região;

b) organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

c) promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

d) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

e) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **X - Secretaria Municipal de Gestão e Controle:**

a) dar suporte ao Departamento de Defesa Civil em análises de impactos econômicos por ocasião de desastre;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil.

#### **XI - Secretaria Municipal de Cultura:**

a) executar atividades e/ou oficinas culturais nos abrigos emergenciais, quando instalados;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XII - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:**

a) incentivar atividades em praças esportivas com o intuito de desmotivar o uso de áreas utilizadas irregularmente em atividades aquáticas com risco de afogamento (rios, lagos, lagoas, córregos, tanques, etc.);

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XIII - Secretaria Municipal de Meio Ambiente:**

a) mapear os espelhos de água (rios, lagos, lagoas, córregos, tanques e, em especial, açudes e barragens), disponibilizando os dados à Coordenação Executiva da Operação Verão e ao Departamento de Defesa Civil;

b) encaminhar à Coordenação Executiva da Operação Verão relação das notificações efetuadas aos proprietários de barragens e açudes do Município para apresentação das necessárias outorgas junto ao órgão responsável, quando de denúncias formuladas ao sistema municipal de comunicação, a saber: Sistema 199, Sistema 156, processos, etc.;

c) encaminhar à Coordenação Executiva da Operação Verão a listagem fornecida pelo DAEE das outorgas fornecidas por aquele órgão de açudes e barragens existentes em Campinas, mantendo-a atualizada;

d) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

e) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XIV - Secretaria Municipal de Educação:**

a) implementar ações de prevenção de acordo com o programa de desenvolvimento de recursos humanos, conforme a Lei Municipal nº 9.310, de 27 de junho de 1997, que institui o programa “Defesa Civil nas Escolas”, da rede pública municipal de ensino;

b) apresentar à Coordenação Executiva da Operação Verão o cadastro de espaço físico para instalação de abrigos emergenciais, bem como, logística e a mão de obra para atendimento aos desabrigados, particularmente no que diz respeito à sua alimentação, em estreita ligação com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social;

c) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XV - Secretaria Municipal de Habitação:**

a) vistoriar as edificações em áreas de risco, promovendo ou articulando a remoção reventiva dos seus moradores em estreita ligação com o Departamento de Defesa Civil, Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;

b) disponibilizar abrigos provisórios, não emergenciais, aos moradores de habitações sinistradas devidamente certificadas pela Defesa Civil;

c) acompanhar a situação de imóveis sinistrados até sua completa demolição e posterior recuperação da área;

d) intensificar a fiscalização, visando identificar a construção de novos imóveis irregulares ou clandestinos;

e) dar suporte às populações flageladas, no âmbito de suas atribuições, com estreita ligação com o Departamento de Defesa Civil, Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social e Secretaria de Serviços Públicos;

f) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

g) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XVI - Secretaria Municipal de Serviços Públicos:**

- a) prevenir desastres através da avaliação e redução de riscos, com medidas estruturais e não-estruturais;
- b) vistoriar edificações e áreas de risco ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;
- c) planejar e promover medidas de defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos e sociais;
- d) intensificar o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar desastres;
- e) reabilitação do cenário do desastre, compreendendo os seguintes itens:
  - 1 - avaliação dos danos;
  - 2 - desobstrução e remoção dos escombros;
  - 3 - limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação do ambiente;
  - 4- reabilitação dos serviços essenciais;
- f) priorizar a alocação de recursos para assistência às populações e a realização de obras e serviços de prevenção e recuperação nas áreas em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- g) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- h) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XVII - Secretaria Municipal de Infraestrutura:**

- a) prevenir desastres através da avaliação e redução de riscos, com medidas estruturais e não-estruturais;
- b) vistoriar áreas de risco ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado;
- c) planejar e promover medidas de defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos e sociais;
- d) intensificar o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar desastres;
- e) reabilitação do cenário do desastre, relativo à infraestrutura urbana compreendendo os seguintes itens:
  - 1- avaliação dos danos;
  - 2- auxiliar na desobstrução e remoção dos escombros;
  - 3- reabilitação dos serviços essenciais;
- f) priorizar a alocação de recursos para assistência às populações e a realização de obras e serviços de prevenção e recuperação nas áreas em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- g) realizar vistorias preventivas em pontes, pontilhões, passarelas e outras obras de arte, assim como obras de infraestrutura urbana para avaliação de risco, adotando, quando necessário, as medidas estruturais cabíveis, com estreita ligação com o Departamento de Defesa Civil e a Secretaria Municipal de Urbanismo;
- h) a dotação orçamentária para ações de Defesa Civil com vistas à recuperação de áreas em estado de calamidade pública ou situação de emergência ficará a cargo da Secretaria de Chefia de Gabinete do Prefeito;
- i) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- j) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

#### **XVIII - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas - EMDEC:**

- a) identificar e relacionar vias públicas sujeitas a alagamentos e inundações, encaminhando- a às Coordenadoria Executiva da Operação Verão e ao Departamento de Defesa Civil;



- b) assegurar a interdição e desvio do trânsito nas áreas já sinistradas ou na iminência de desastre, em estreita ligação com a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e o Departamento de Defesa Civil;
- c) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XIX - Secretaria Municipal de Comunicação:**

- a) manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extre4 Diário Oficial do Município de Campinas Campinas, quinta-feira, 13 de dezembro de 2012 mos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- b) apoiar nas ações de comunicação social dando visibilidade às atividades da Operação Verão;
- c) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XX - Secretaria Municipal de Recursos Humanos:**

- a) planejar e viabilizar estudos para que as Secretarias estabeleçam plantões em situações de desastres, ameaças e riscos, dentro do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- b) designar a Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor - EGDS como centro de integração de todos os órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- c) promover atividades de motivação e capacitação para todos os profissionais envolvidos na Operação Verão;
- d) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- e) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXI - Secretaria Municipal de Finanças:**

- a) disponibilizar recursos orçamentários para emprego imediato nas ações de Defesa Civil, quando da decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública;
- b) dar suporte à Defesa Civil quando da utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil;
- c) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;
- d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXII - Secretaria de Desenvolvimento Econômico Social:**

- a) coordenar as ações que envolvam o relacionamento com outros países e organismos internacionais quanto à cooperação logística, financeira, técnica e científica e em participações conjuntas em atividades de assistência humanitária;
- b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXIII - Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Urbano:**

a) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

b) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXIV - Secretaria de Trabalho e Renda**

a) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

b) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXV - Hospital Municipal Dr. Mário Gatti:**

a) elaborar e apresentar à Comissão Executiva o Plano de Contingência para eventos adversos;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXVI - Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC:**

a) planejar e viabilizar, em estreita ligação com a Secretaria Municipal de Educação, a organização de locais para possíveis abrigos em situações de desastre, disponibilizando as informações sobre quantidade e localidade de tais imóveis, assim como indicando um profissional como referência para acionamento do sistema;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXVII - Fundação “José Pedro de Oliveira” - Mata Santa Genebra:**

a) disponibilizar recursos materiais e humanos na ocorrência de desastre em sua localidade, bem como nas suas proximidades, com a utilização de veículos, equipamentos e equipes de trabalho, informando aos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXVIII - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento - SANASA:**

a) intensificar o controle das atividades capazes de provocar desastres;

b) apoiar no monitoramento das estações meteorológicas e pluviômetros mecânicos;

c) disponibilizar apoio logístico com maquinários e equipamentos;

d) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

e) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXIX - Serviços Técnicos Gerais - SETEC:**

a) manter estrutura de funcionamento de modo que, em situações de desastre de grande porte, possa ampliar seu atendimento;

b) contribuir para a redução dos desastres através da fiscalização sobre a utilização de para-raios em parques, circos etc.;

c) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXX - Informática de Municípios Associados - IMA:**

a) dar suporte às equipes da Defesa Civil na realização dos monitoramentos do TerraM2, SIADEC Sistema de Alerta de Defesa Civil, DONARE- Sistema de Gerenciamento de Ações Humanitárias, GODC - Gerenciamento de Ocorrências da Defesa Civil.

b) apoiar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil em eventos desastrosos, garantindo a conectividade dos equipamentos disponibilizados a Defesa Civil;

c) atualizar junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

d) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXXI - Rede Integrada de Emergência - RINEM:**

a) apoiar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil na comunicação, de forma que possibilite a imediata interação e mobilização das entidades, órgãos públicos e empresas para agirem em eventuais situações de emergência;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**XXXII - Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER:**

a) suprir os meios de comunicações usuais, quando os mesmos não puderem ser acionados, em razão de desastre, situação de emergência ou estado de calamidade pública;

b) atualizar, junto ao Departamento de Defesa Civil, o cadastro de mobilização da Rede de Alerta de Desastres, do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme disposto no artigo 3º do Decreto nº 16.706, de 21 de julho de 2009;

c) em caso de desastre, Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, compete o desempenho de tarefas específicas consentâneas as suas atividades normais, mediante articulação prévia com o Departamento de Defesa Civil;

**Parágrafo único.** Todos os órgãos que fazem parte do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil deverão:

a) indicar profissionais para referência sobre o recebimento e repasse de todas as informações pertinentes à Operação Verão, assim como a mudança dos níveis de operação, situações dos eventos e equipes de plantão, sendo estes de fácil localização, visando atender a Rede de Alerta de Desastres do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;

b) disponibilizar ao Departamento de Defesa Civil endereço eletrônico para recebimento diário de previsões e alertas meteorológicos;

c) disponibilizar, mediante acionamento do Departamento de Defesa Civil, equipe de plantão durante o horário de expediente, bem como fora dele, enviando a escala ao Departamento de Defesa Civil, podendo ser mensal ou semanal.

**Art. 7º** No âmbito da conceituação, entende-se:

**I - Defesa Civil:** conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

**II - Desastre:** resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

**III - Situação de Emergência:** situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

**IV - Estado de Calamidade Pública:** situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta;

**V - Dano:** resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre;

**VI - Prejuízo:** medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial, de um determinado bem, em circunstâncias de desastre;

**VII - Recursos:** conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 12 de dezembro de 2012